

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Seguiu o script

Não eram só os marqueteiros que estavam eufóricos com o saldo do 7 de Setembro em favor de Bolsonaro. A coordenação jurídica da campanha considera que o presidente fez tudo o que foi acertado para evitar conflito com o Poder Judiciário.

Questão de sobrevivência I

De olho nas pesquisas em Alagoas que apontam Lula na liderança, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), preferiu guardar distância de Bolsonaro. A 25 dias das eleições, a ordem é não correr riscos. De quebra, ele deseja ainda concorrer a um segundo mandato no comando da Câmara, independentemente de quem seja o futuro presidente da República.

Questão de sobrevivência II

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), também preferiu ficar distante, porque aposta no papel de pacificador do país logo após as eleições. Pacheco é do PSD, partido de Gilberto Kassab, que ficou neutro justamente para seguir neste papel.

À la Zema

A candidata do MDB, Simone Tebet, olha com esperança para o que ocorreu com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), na eleição de 2018. Em 8 de setembro, ele tinha 5% das intenções de voto e venceu. Por isso, a presidenciável acredita que a eleição está em aberto.

Ação e reação

A contar pela pressa de seus adversários em ações judiciais para que o presidente-candidato Jair Bolsonaro (PL) seja proibido de exibir as imagens dos eventos do 7 de Setembro no horário eleitoral gratuito, e investigado por uso da máquina, a estratégia da campanha reeleitoral funcionou. Bolsonaro obteve um dia inteiro de transmissão ao vivo para os eventos híbridos, ou seja, solenidades oficiais seguidas de atos de campanha. Chamou Luiz Inácio Lula da Silva de “quadrilheiro de nove dedos”, e repetiu a frase do ex-governador Geraldo Alckmin, hoje candidato a vice na chapa do petista, sobre o PT voltar “à cena do crime”. E,

por tabela, viu seus apoiadores tomando as ruas por todo o país em volumes para lá de expressivos. Sua equipe de campanha estava eufórica com o saldo da mobilização e saiu convencida de que a eleição caminha para o segundo turno.

Em tempo: entre os petistas, há quem, olhando pelo retrovisor, calcule que tenha sido um erro Lula não ter preparado uma agenda para este 7 de Setembro. Há quem diga que ele deveria ter ido, por exemplo, ao Rio Grande do Norte ou à Bahia, estados governados pelo PT. Ciro Gomes (PDT), por exemplo, fez uma movimentação em Ouro Preto (MG), e Simone Tebet (MDB), em São Paulo.



CURTIDAS

Reforço/ O resultado do plebiscito sobre a nova Constituição do Chile servirá de argumento para que os bolsonaristas continuem questionando as pesquisas de intenção de voto no Brasil. Lá, as sondagens indicavam 46% contra a nova Carta. O resultado final foi de 62% contra, ou seja, 16 pontos percentuais a mais.

A visão dela/ Presente à solenidade do 7 de Setembro e ao comício de Bolsonaro, logo depois, em cima de um caminhão de som, a deputada Bia Kicis (PL-DF) não viu nada demais no fato de o presidente comparar as primeiras-damas. “Ué, ele não pode elogiar a própria mulher?”, reagiu.

Marcello Casal Jr/ Agência Brasil/reprodução



Enquanto isso, em São Paulo.../ Sem a presença de Bolsonaro, quem aproveitou o embalo na Avenida Paulista foi o ex-ministro Tarcísio de Freitas (foto), candidato ao governo local. Lá, conforme avalia o cientista político Leonardo Barreto, está em aberto quem irá para o segundo turno contra o petista Fernando Haddad, que lidera a disputa — se Tarcísio ou o governador-candidato, Rodrigo Garcia, do PSDB.

Por falar em PSDB.../ Em caso de derrota do governador paulista, os tucanos fecharão seu ciclo de poder no estado, comprometendo, inclusive, a bancada no Parlamento. É em São Paulo que o partido tem seu berço político, daí a preocupação geral.



Decano do Supremo Tribunal deixa claro que a Corte não se acovardará diante de qualquer tentativa de interrupção do Estado Democrático de Direito, caso algum perdedor da corrida presidencial não aceite o resultado das urnas

Gilmar: chance de golpe é nula

» VICENTE NUNES
Correspondente

Porto (Portugal) — O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou, ontem, que não há a menor possibilidade de a Corte se acovardar diante de qualquer tentativa de golpe no Brasil, caso um dos perdedores da corrida presidencial não aceite o resultado das urnas.

“Não cogito essa hipótese. Nós estamos num processo eleitoral absolutamente normal. A campanha, apesar de refregas, às vezes um pouco mais contundentes, está se fazendo dentro dos padrões normais. Estão reclamando ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), é impugnação para lá, impugnação para cá. Retirada de conteúdos da internet”, disse.

A afirmação do ministro veio depois que Jair Bolsonaro (PL) disse, também ontem, que a história pode se repetir, remetendo ao golpe militar de 1964. Segundo ele, “a história sempre venceu o mal”.

Para Gilmar, não há possibilidade de se afrontar a Constituição, apesar da retórica belicista do presidente da República. No entender do ministro, a democracia tem grande apoio no Brasil.

“O que me parece é que há um estresse do momento eleitoral. Então, esse tipo de verso é apelativa. O que nós devemos é operar para que o sistema eleitoral brasileiro funcione, como tem funcionado. E quem ganhar as eleições terá o mandato confirmado, assim como quer o povo”, frisou Gilmar, que participa de seminário sobre os 200 anos da Independência do Brasil, promovido pelo Fórum de

Integração Brasil Europa (Fibe) na cidade de Porto, em Portugal.

O ministro ressaltou que viu as transcrições das falas de Bolsonaro, mas não teve como fazer uma avaliação mais profunda. Conforme disse, o ideal seria que, neste momento, em vez de se criar atritos, todos aproveitassem para celebrar o Sete de Setembro, pois o de 2022 é uma data especial.

“São 200 anos da Independência do Brasil. Aqui em Portugal, todos estão comemorando, um fato singular. O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza, está no Brasil para acompanhar a celebração. Ainda hoje (ontem) recebi um convite para uma solenidade festiva no sábado, na casa do primeiro-ministro português, António Costa”, assinalou.

Constituição

No entender do ministro, não se chegou até aqui, desde a Constituição de 1988, por acaso. “Já são mais de 30 anos de normalidade institucional, democrática, que nós também devemos celebrar. Tivemos, durante todo esse período, eleições livres, com alternância de poder de diferentes forças políticas, que chegaram ao poder, inclusive o presidente Jair Bolsonaro. Então, vamos possuir nessa trajetória”, enfatizou.

Mendes destacou que quando ameaçam com golpes, a impressão que se tem é de mensagem populista. O ministro acrescentou que não vê ninguém que queira comprometer a democracia. “Nós estamos tendo eleições vividas, limpas, em todos os estados. Quem faz as eleições não está apostando, obviamente, em golpe ou comprometimento da democracia”, afirmou.

Vicente Nunes/D.A. Press



Gilmar e Cármen debatem a Independência e reafirmam: Constituição é o obstáculo para aventuras autoritárias

Cármen alerta para “germe” do despotismo

Sem mencionar o nome do presidente Jair Bolsonaro (PL) — que, em discurso, ontem, levantou a possibilidade de o Brasil reviver os tempos da ditadura militar —, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que, “muitas vezes”, a instituição “diz não a alguém para dizer sim à democracia”. Ela arrancou aplausos da plateia que participava de um seminário sobre os 200 anos da Independência do Brasil, promovido pelo Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe).

A ministra alertou para o perigo do “germe” que vem

proliferando em parte do mundo, estimulando o surgimento de autocracias e de tiranias. Para ela, não há regime melhor para as liberdades do que a democracia. A Constituição, segundo a Cármen, é clara quanto ao Estado Democrático de Direito, e seus princípios estão expostos de maneira muito precisa. “O desejo do povo é soberano. É assim que a Constituição estabeleceu. O direito à democracia”, frisou.

Na avaliação da ministra, os direitos à liberdade de pensamento são um tema atualíssimo e os 200 anos de Independência

do Brasil devem ser vistos como um momento importante para se pensar e para se discutir um país mais justo. Ela destacou ser inconcebível e antidemocrático que mais de 30 milhões de pessoas estejam passando fome no Brasil atualmente.

“Muitos dizem que a Constituição brasileira só estabelece direitos, mas basta ler a partir do artigo 4º que os deveres estão lá”, afirmou ela, o que atrela as autoridades às responsabilidades que assumem quando ocupam cargos públicos. Recentemente, Bolsonaro disse, em uma entrevista,

que não há “fome no Brasil, fome para valer, não existe como é falado”. Criticado, ele mudou o discurso, mas com ressalvas.

Segundo a ministra, os brasileiros sabem que têm direitos e cabe ao Poder Judiciário moderar os conflitos. “Vivemos em uma sociedade em que prevalece o direito de se ter direito. Isso é fundamental”, reforçou.

Ela admitiu, ainda, que hoje se vive no Brasil um faroeste digital, o que é um desafio para o Poder Judiciário, mas os juízes estão atentos ao papel que lhes cabe nesse momento. (VN)



Estamos num processo eleitoral absolutamente normal. A campanha, apesar de refregas, às vezes um pouco mais contundentes, está se fazendo dentro dos padrões normais”

Gilmar Mendes,
ministro do Supremo
Tribunal Federal